

BIBLIOTECA PÚBLICA: INGÊNUA, ASTUTA E CRÍTICA

Oswaldo Francisco Almeida Junior¹

Palavras-Chaves: Biblioteca pública. Biblioteca pública ingênua. Biblioteca pública astuta. Biblioteca pública crítica. Mediação da Informação.

INTRODUÇÃO

A biblioteca pública – assim como as bibliotecas populares, comunitárias, operárias, multiculturais e outras designações que Almeida Junior (1997) designa como sendo bibliotecas alternativas – é, normalmente, analisada sob vários pontos de vista, quer em relação a aspectos específicos, quer em relação a aspectos mais gerais.

Na literatura encontramos textos publicados discutindo espaços internos de atuação das bibliotecas públicas, voltados para o processamento técnico, a aquisição, a administração etc. Podemos localizar também textos que se preocupam com os serviços oferecidos aos usuários e estes enfatizam a necessidade de uma interação maior entre a biblioteca e os seus usuários.

Dessas atividades, tanto vinculadas aos serviços-meios como aos serviços-fins, podemos dizer:

Aquisição – apenas preocupadas com o crescimento do acervo, aceitando qualquer tipo de material. É conhecida a reclamação dos bibliotecários sobre

¹ Bibliotecário, Mestre e Doutor em Ciências da Comunicação, Professor Associado da Universidade Estadual de Londrina, Professor Titular do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Marília) e Professor Colaborador do Mestrado Profissional da Universidade Federal do Cariri.

as doações se caracterizarem como uma limpeza de coisas antigas existentes nas casas das pessoas. Materiais guardados há tempos podem conter micro-organismos que causam doenças, tanto nos bibliotecários e auxiliares que lidam com esses materiais, como também nos próprios usuários, quando não há um trabalho de higiene adequado. Nesses casos a responsabilidade é da biblioteca que aceitou o material e, na medida em que passa a ser proprietária dele, deve oferecer o acesso a eles isento de problemas.

Administração – os trabalhos realizados nas bibliotecas públicas visando sua administração, devem estar voltados para atender, de maneira prioritária, os objetivos delas. Decisões não devem ser tomadas norteadas para atender exclusivamente necessidades da gestão da biblioteca em detrimento da apropriação da informação por parte do usuário, objetivo último da biblioteca. Isso quer dizer que, na falta de funcionários ou na diminuição do número deles, os gestores procurarão implantar ações, buscando minimizar, especialmente no serviço de atendimento aos usuários, os problemas advindos dessa situação que se faz muito comum ultimamente.

Processamento técnico – as atividades relacionadas ao trabalho de organização da informação têm como objetivo favorecer a recuperação da informação por parte do usuário e, mais do que isso, dar condições para que haja, de maneira adequada, também por parte do usuário, a apropriação da informação.

A apropriação da informação vai além do mero acesso aos materiais existentes na biblioteca, quer sejam eles tangíveis ou intangíveis; ela pressupõe o entendimento do conteúdo desses materiais. A própria história da Biblioteconomia passa de um período em que a principal preocupação era a preservação do acervo e os materiais entendidos em seus aspectos físicos, para um interesse com foco na disseminação do acervo e na organização do conteúdo dos materiais.

SERVIÇO DE REFERÊNCIA E INFORMAÇÃO

A preocupação com o atendimento os usuários a partir de um espaço específico, é recente, tendo se iniciado formalmente, no final do século XIX. Cabe lembrar que essa data é meramente indicativa, mas que determina e se apresenta como um momento em que o usuário passa a ser visto e entendido como o fim último de todas as ações e atividades desenvolvidas pelas bibliotecas públicas. É certo que a ideia publicada em um texto oriundo de uma fala em um grande evento nos Estados Unidos, levou muito tempo para circular e ser conhecida pelo mundo, em especial por se viver, na época, uma enorme dificuldade na circulação e disseminação dos novos conhecimentos. Até hoje, em muitos lugares do mundo, o atendimento formal aos usuários ainda é uma atividade não implantada, embora conhecida.

O acréscimo da palavra Informação ao termo Serviço de Referência só foi possível a partir da inclusão da informação nos interesses das bibliotecas públicas, durante os anos da década de 1960. Ao mesmo tempo surge a Ciência da Informação, embora tendo ela um olhar voltado para a informação científica e tecnológica, com o uso das tecnologias. A informação pública não se constituiu no cerne do objeto dessa nova ciência e foi, inicialmente, por ela desconsiderada.

Muitas bibliotecas entendem que os trabalhos mais importantes desenvolvidos por elas estão voltados para a leitura. Concordamos com essa afirmação, mas é preciso deixar claro em que pontos o nosso entendimento dessa assertiva está em acordo e quais os que não estão.

Bibliotecas públicas, como é sobejamente conhecido, fazem as vezes de biblioteca escolar, atendendo o público das escolas da comunidade, quer por falta delas, quer por trabalharem em períodos restritos. Há uma crítica antiga sobre o horário de atendimento das bibliotecas escolares estar limitado ao período de aulas, possibilitando ao aluno o ingresso a ela apenas nas aulas específicas realizadas nos espaços físicos das bibliotecas ou nos intervalos de aula – neste caso, os alunos estão muito mais preocupados em interagir com amigos do que fazer pesquisas escolares.

Mais ainda: os alunos, na maioria das vezes, leem o que é pedido pelos professores e não são muitos os que procuram a biblioteca desejosos de leituras provocadas por interesses pessoais.

A biblioteca pública, por sua vez, apesar de ter, na maioria das vezes, um período de atendimento maior do que a biblioteca escolar, também tem suas portas abertas em um espaço pequeno de tempo mais condizente com o de um serviço público administrativo do que de uma atividade cultural.

As ações com a leitura nas bibliotecas públicas e nas bibliotecas escolares possuem objetivos diferentes e uma não pode fazer as vezes da outra sem que haja uma política de desenvolvimento de acervo voltada para os públicos que frequentam ambos os tipos de biblioteca. Mas, em comum, as duas bibliotecas trabalham com ações de fomento à leitura. O ensino da leitura é uma atribuição dos professores e não deve ser apropriado pela biblioteca, qualquer que seja seu tipo. Atividades que têm como objetivo o ensino da leitura devem ser implantadas com a presença obrigatória de professores – e não de qualquer professor, mas daqueles que possuem formação e estão preparados para desenvolver tal tarefa.

SERVIÇOS E OBJETO DA BIBLIOTECONOMIA

Os serviços desenvolvidos pelas bibliotecas devem estar alinhados, claro, com os objetivos da instituição em que são eles estruturados e oferecidos, mas também com o objeto da área da Biblioteconomia. Considerando tal objeto como sendo a informação registrada, como advogam vários pesquisadores da área, como, por exemplo, Le Coadic (2004), todos os serviços, ações, atividades etc., realizadas nos espaços da biblioteca vão, necessariamente, acompanhar esse objeto.

Assim, os trabalhos que lidam com as artes, com a cultura e, em específico, com a leitura, não podem ser considerados como relacionados àquele objeto. Só estarão a ele atrelados, caso considerem as artes, a cultura e a leitura como instrumentos que direcionam, quando utilizados, para o material presente no acervo da biblioteca.

Ou seja, shows musicais, peças de teatro, exibição de filmes, danças, debates, discussões, palestras, leituras públicas e contação de histórias, entre outros, são de interesse da Biblioteconomia – e, portanto, das ações dos bibliotecários – quando empregadas como instrumentos, ferramentas que levem, ao final dos eventos, os usuários para o acervo da biblioteca.

Todos esses trabalhos apenas se utilizam de materiais registrados e disponíveis para acesso nos acervos, entretanto, não são, eles mesmos, registrados. Uma contação de histórias, por exemplo, se utiliza de um conto, uma fábula ou algo assim, mas se vale também da performance do contador e se realiza em um determinado momento. Se registrado (filmado, gravado em áudio ou qualquer outra forma de eternizar a atividade), não mais será uma contação, pois esta pressupõe o momento em que se concretiza como base para sua existência.

A forma que entendemos para integrar todas essas ações aos fazeres das bibliotecas e dos bibliotecários é alterando o objeto da Biblioteconomia, deixando de ser a informação registrada, mas a mediação da informação. Defendemos há algum tempo essa proposta (ALMEIDA JUNIOR, 2015) advogando a manutenção da informação nos estudos, pesquisas, preocupações, interesses, ações e fazeres da Biblioteconomia, mas não mais considerando apenas as registradas, ao contrário, incluindo os momentos (não isolados, pois a mediação da informação se apresenta em um processo) em que a disseminação e a apropriação ocorrem.

Nessa concepção, o objeto da área abarcará não só os materiais tangíveis, mas outros não palpáveis, como a oralidade, a comunicação não verbal, e a leitura em seu sentido lato. Abrangerá também, momentos de disseminação e apropriação, não necessariamente reproduzíveis, ou reproduzíveis de maneira semelhante.

CONCEPÇÕES DE BIBLIOTECA PÚBLICA

As bibliotecas públicas são analisadas sob vários aspectos, sob vários olhares, em sua maioria com focos nos fazeres, tanto internos como os de atendimento ao

usuário. Algumas análises buscam compreender essas bibliotecas a partir de um entendimento mais geral, mais amplo.

Entre os entendimentos mais abrangentes é possível destacar aquele que distingue a biblioteca pública nominada como “tradicional” e a biblioteca “moderna”. Mesmo não estando explicitamente apresentado tal olhar nos textos da área, ele faz parte da análise, sustentado as discussões e as comparações. Na medida em que esses entendimentos são colocados em confronto, a tendência é de analisá-los de maneira dicotômica, “maniqueisticamente”. Uma biblioteca deve ser considerada como pertencente a um ou a outro entendimento, como se, em um determinado momento, teria ocorrido uma ruptura nas concepções da biblioteca pública.

O mesmo ocorreu em relação ao entendimento do bibliotecário em meados dos anos da década de 1990, momento em que o termo “Moderno Profissional da Informação” surgiu buscando se contrapor ao que era considerado um conceito ultrapassado do bibliotecário. De forma idêntica, contrapunham-se entendimentos diferentes entre o “antigo” e o “moderno” profissional da informação. Atente-se também ao fato do uso do termo “profissional da informação” no lugar de “bibliotecário”.

Biblioteca Pública Tradicional

Em um livro intitulado *Biblioteca Pública: avaliação de serviços* (ALMEIDA JUNIOR, 2003), apresentamos nosso entendimento das características das bibliotecas públicas tradicionais, mas enfatizando que elas não devem ser entendidas como fechadas, encerradas apenas nessas características, sem possibilidade de alterações, transformações:

Quais seriam as características e como poderíamos delimitar a Biblioteca Pública Tradicional?

- Diferença entre discurso e prática.

- O usuário, na prática, não é o principal objetivo da biblioteca.
- Os meios são considerados mais importantes do que os fins.
- Todo o trabalho é voltado para os suportes.
- Todo o trabalho é voltado quase que exclusivamente para o livro.
- Só há biblioteca quando seu espaço é repleto de livros.
- As técnicas, o trabalho da biblioteca e os bibliotecários são entendidas como neutros e imparciais.
- A matéria-prima da biblioteca, a informação, não sofre nenhum tipo de interferência, quer política, social, econômica, cultural, etc.
- O serviço de referência pode ser exercido por qualquer pessoa.
- Não há participação efetiva da comunidade na gestão da biblioteca.
- O objetivo maior da biblioteca é promover e fornecer a “boa” leitura.
- O usuário deve procurar a biblioteca, não o contrário.
- A biblioteca independe da sociedade para existir e sobreviver.
(ALMEIDA JUNIOR, 2003)

Cada um dos itens acima expostos e que caracterizam a biblioteca pública tradicional, em nossa visão, são, no livro *Biblioteca pública: avaliação de serviços* (ALMEIDA JUNIOR, 2003), analisados com mais profundidade, mas podemos compreender, de maneira geral, que a biblioteca pública tradicional está construída em uma base conservadora e que se propõe a manter e preservar o conhecimento das classes excludentes. No entanto, um outro olhar, ou outros olhares, sobre a biblioteca pública, não eliminam, necessariamente, todas aquelas características.

Uma roupagem diferenciada pode abrigar as mesmas bases conceituais, exibindo uma aparente mudança, mas mantendo as mesmas concepções do modelo de biblioteca que visa alterar.

Algumas das características apresentadas são facilmente observáveis, no entanto, outras delas exigem uma análise mais apurada, pois estão escamoteadas, travestidas de novidade, de inovação.

Novas Propostas

O novo não altera apenas o aparente, mas transforma as raízes que sustentam as concepções que, por sua vez, determinam os objetivos, os fazeres, as ações e, até mesmo, os públicos a quem está voltado. No caso das bibliotecas públicas, não basta aparelhar esse tipo de equipamento cultural – e, também equipamento informacional – com materiais tecnológicos, com acervos diferenciados, com espaços bem construídos, com pessoal competente, se a política de desenvolvimento de coleções segue a mesma proposta tradicionalista; se as ferramentas utilizadas para organizar a informação (embora, apenas como um alerta, defendemos que os equipamentos informacionais atuam com a “protoinformação”, ou seja, uma quase-informação, uma talvez-informação, uma possível-informação) (ALMEIDA JUNIOR, 2015), sejam as que visam a classificação e a indexação, sejam as que visam a catalogação, não passarem por, no mínimo, uma análise profunda sobre as suas organizações e estruturas; se os serviços e os atendimentos oferecidos não estiverem voltados para os interesses, necessidades e desejos dos usuários.

Alterar a denominação ou os termos pelos quais determinados tipos de bibliotecas são conhecidos, não significa, necessariamente, que essa nova designação transforma, de fato, as concepções que as embasam.

O acervo de uma biblioteca diferenciada da tradicional deve conter a produção intelectual, cultural e artística da comunidade a quem essa biblioteca atende.

A maioria dos textos sobre biblioteca pública presentes na literatura especializada da área defendem que deve existir uma relação muito próxima entre as necessidades informacionais dos usuários e os materiais que fazem parte do acervo desse tipo de biblioteca. Ranganathan (2009), a partir das suas Leis da Biblioteconomia, é constantemente apresentado como um dos autores que corroboram com essa ideia. No entanto, essa “relação muito próxima” se sustenta apenas e tão somente nos materiais produzidos pelo setor editorial comercial. As produções da comunidade são muitas vezes chamadas de “alternativas”, de “não convencionais”, estando implícita a ideia de que elas não são, de fato, publicações, nem devem ser alçadas a esse *status*. A produção da comunidade, quer artística, quer intelectual, também é considerada, a exemplo dos que a produzem, como marginalizadas, periféricas, circundando a verdadeira produção artística, circundando a verdadeira produção intelectual.

Justificativas assim, mesmo que não explicitadas, sustentam a exclusão das classes populares de vários projetos e ações governamentais direcionadas, por exemplo, para a leitura e para apoios culturais. Da mesma forma, discussões para implantação de políticas culturais não contam, muitas delas, com a participação de grupos organizados da periferia e que atuam com segmentos da cultura.

Informação Registrada ou Mediação da Informação?

A proposta deste texto é a de iniciar uma discussão sobre formas de concepções da biblioteca pública atual. Toda proposta, com tal abrangência enfrenta grandes dificuldades. Uma delas é a não existência clara e definida das fronteiras entre essas concepções. Os entendimentos, as várias visões sobre qualquer campo do conhecimento humano e de seus segmentos não possuem espaços inteiramente diferenciados, isolados, sem contatos com outras vertentes. Ao contrário, todos os olhares possuem relações, tanto no âmbito técnico como no prático, com outras formas de compreender o campo que está sendo estudado. Não há dicotomias, algo como “isto” ou “aquilo”.

No entanto, existem núcleos em cada concepção que possibilitam a distinção entre elas. Apesar dos imbricamentos, das intersecções, cada uma possui configurações específicas que a distinguem das outras e permite reconhecê-las como únicas.

Além dos problemas que estão presentes nos estudos com objetos amplos também enfrentamos as concepções hegemônicas normalmente aceitas em grandes questionamentos.

As bibliotecas públicas devem, a partir dessas concepções tacitamente aceitas, replicar o modo como são vistas e compreendidas tanto pelos que as estudam como pelos que atuam com seus espaços.

Propomos designar, como alertado anteriormente, as bibliotecas públicas como equipamentos informacionais. O termo equipamento está sendo tomado de empréstimo da área de cultura (equipamentos culturais), deixando claro que entendemos a biblioteca pública atuando com seu núcleo básico, ou seja, a informação, mas sem esquecer sua relação com a cultura, como também com a educação e outros segmentos.

Além disso, o emprego do termo “equipamentos informacionais”, independente do vínculo com a biblioteca pública, também tem sua motivação na proposta de entendimento de que o “profissional da informação” não se atém apenas aos bibliotecários, arquivistas e museólogos, abrangendo todos os profissionais que têm a informação como seu interesse. Pensando assim, denominar todos os locais, dispositivos, referentes às bibliotecas, aos arquivos e aos museus como “unidades de informação”, tende a restringir apenas às áreas que atuam com seus objetos como sendo participantes do grande campo da informação e os profissionais que nelas atuam os únicos que podem ser denominados como profissionais da informação. O termo “equipamentos informacionais” é mais abrangente e recebe sob essa designação vários campos do conhecimento humano, assim como seus espaços e profissionais.

O que dissemos acima é preciso enfatizar e repetir: a biblioteca pública trabalha com a informação. Advogamos que o objeto da área da Biblioteconomia é a mediação da informação e não a informação registrada.

Quando a biblioteca pública segue o objeto comumente defendido na área, ou seja, a informação registrada, sua atuação fica algemada, sua ação passa a ter limites, restringindo seu espaço, tanto físico como aquele presente no imaginário das pessoas.

O que a mediação da informação, assumida como objeto da Biblioteconomia, altera em relação a informação registrada?

A biblioteca pública trabalha com uma série de ações e atividades que ultrapassam os limites do espaço físico onde ela está instalada e se utiliza de recursos que não se restringem aos tradicionalmente nela encontrados.

As ideias de animação cultural, quando assumidas pelas bibliotecas públicas, lidam com ações que se enquadram na concepção hegemônica da Biblioteconomia. A animação cultural tem entre seus objetivos, levar os participantes de suas atividades a se utilizarem de materiais, físicos ou não, presentes nos acervos das bibliotecas. Assim, as estratégias de ação e todos os recursos culturais e artísticos são empregados apenas de maneira instrumentalista.

Cabe lembrar que as atividades propostas e implantadas no âmbito da animação cultural, possuem, *a priori*, objetivos claramente definidos. Um exemplo pode melhor ilustrar o que foi exposto: as bibliotecas públicas, assim como as escolares, quase sempre oferecem como atividade para crianças e, em alguns casos, também para adultos, a contação de histórias.

Para as bibliotecas que assumem o entendimento da informação registrada como objeto da Biblioteconomia, a contação de histórias tem como objetivo levar os usuários aos livros empregados na atividade. Pretendem que os usuários tomem emprestados esses livros ou os leiam no espaço das bibliotecas.

A contação de história, abarcando a história (a literatura) e a performance, é utilizada como um instrumento para levar os participantes à leitura de materiais presentes no espaço físico da biblioteca. Isso se dá, evidentemente, para que todas as atividades e ações das bibliotecas estejam atreladas à informação registrada.

Por outro lado, a ação cultural possui um objetivo sim, mas o de permitir, a partir da contação de histórias, que as pessoas, crianças e adultos, construam significados, determinem olhares e leituras de mundo, sem a necessidade da leitura específica do texto escrito. Na contação de história, o texto escrito se apresenta como um texto-lido e um texto-ouvido, mas mesclado com a performance, com o ambiente, com a voz, com a oralidade. Buscando propiciar a construção de significados, a produção cultural individual (não nos esquecendo que ela se dá na relação), o objetivo da Biblioteconomia deve ser modificado para abarcar todas as atividades que se valem, que utilizam não apenas a informação registrada.

O que defendemos, já há algum tempo, é modificarmos o objeto da área, deixando de lado a informação registrada, ou melhor, integrando-a uma nova ideia, qual seja, a mediação da informação.

Esse novo objeto, não elimina, claro, a informação registrada, mas a mantém, incluindo-a sob uma concepção mais abrangente. A mediação da informação, como objeto, se preocupa, se interessa, estuda, pesquisa, reflete e age com formas de veiculação e disseminação da informação. A oralidade, por exemplo, embora presente nas ações frequentes das bibliotecas públicas e escolares, não pode ser considerada entre os fazeres dos equipamentos informacionais por não estar circunscrita à informação registrada.

TRÊS GRANDES TIPOS

As novas propostas que buscam compreender as bibliotecas públicas, assim como as que, historicamente, acompanharam essas bibliotecas, podem ser divididas,

genericamente, sob nosso olhar, em três grandes tipos: a biblioteca pública astuta, a biblioteca pública ingênua e a biblioteca pública crítica.

Estamos nos baseando na divisão elaborada e empregada por Paulo Freire para os tipos de consciência do ser humano. Esse autor apresenta suas concepções de consciência em mais de um livro (incluindo entre eles o *Ação Cultural para a Liberdade*) (FREIRE, 2005; 2013; 2018), e esses tipos foram e são muito estudados por aqueles que se interessam pela temática.

Nos espaços das bibliotecas podemos empregar os entendimentos sobre consciência tornando-os bases para compreender distinções mais gerais entre as bibliotecas públicas e utilizando seus termos para designar três tipos delas. A chamaremos, assim, de biblioteca pública astuta, biblioteca pública ingênua e biblioteca pública crítica.

Biblioteca Pública Ingênua

As bibliotecas públicas, entendidas como ingênuas, acreditam que podem e devem trabalhar tão somente com os materiais existentes em seus acervos. Seguem um olhar tradicionalista, mas têm a certeza de que estão atuando em prol dos usuários.

Esse tipo de biblioteca aproxima-se de uma ideia assistencialista em relação ao acesso e apropriação da informação. Em igual medida, atua próxima da ideia de que o importante para o usuário é a leitura, é o ato de ler, sem questionar o conteúdo do material que está sendo lido.

Também acreditam na neutralidade de seu fazer, na imparcialidade do acervo por elas construído, na verdade presente nos livros, na ideia de que os livros devem ser a grande preocupação das bibliotecas e em muitas outras ideias que acompanham a concepção tradicional das bibliotecas, em especial, das públicas.

Fazem parte da biblioteca pública ingênua, a defesa de que ela é um templo do saber; que o fazer do bibliotecário se confunde com um sacerdócio; que distribuem o conhecimento para as pessoas; que ela preserva a verdade da humanidade, que transfere o saber autêntico; que a leitura transforma as pessoas – mesmo que seja as enquadrando em um perfil conservador, mantendo e reproduzindo o sistema vigente –; que o próprio fazer dessas bibliotecas transformam o mundo. A transformação, dentro dessa ideia, não passa de um discurso vazio, repetido para que ganhe um falso *status* de verdade e que possa justificar sua existência pelas instâncias do Estado.

Há bibliotecas parque, apenas para exemplificar, que se reestruturam com uma roupagem nova, chamativa, agradável; com um acervo híbrido, acolhendo documentos físicos e virtuais; com uma série de eventos culturais e artísticos (que são utilizados apenas para atrair os usuários e levá-los aos livros presentes no acervo), mas mantendo suas ideias básicas, vindas das bibliotecas públicas tradicionais.

Almeida Junior (2004) faz um questionamento sobre os motivos que levam o Estado e os governos a manterem abertas as bibliotecas públicas. Como um equipamento cultural e informacional, elas atendem a um número muito pequeno de municípios; normalmente não fazem parte das principais demandas da população; trazem pouca visibilidade política. Mesmo assim, as bibliotecas públicas estão abertas e onerando o erário público. Esse autor afirma que isso ocorre, entre outras razões talvez menores, pois essas bibliotecas preservam o conhecimento e os entendimentos de mundo das classes dominadoras.

Biblioteca Pública Astuta

A biblioteca pública, vista a partir de uma concepção “astuta”, tem muitas características que a distinguem principalmente da concepção “crítica”, embora também haja diferenças entre as ideias que a sustentam e as que sustentam o entendimento “ingênuo”.

Uma primeira ideia sobre a biblioteca pública astuta a coloca como totalmente contrária a biblioteca pública ingênua. De fato, esse entendimento carrega uma visão correta. No entanto, a biblioteca pública astuta se utiliza de muitas das características daquela, no âmbito do discurso e da prática, embora com a intenção de se utilizar da biblioteca para impor ideias e visões de mundo que defendem. A diferença é que, enquanto a biblioteca pública ingênua reproduz um sistema (seja político, econômico, social, educacional, cultural, artístico, informacional etc.) inconscientemente, acreditando trabalhar em prol de toda a população e sua transformação (dentro dos moldes vistos anteriormente), a biblioteca pública astuta o faz de maneira consciente.

O conceito de “fabricação cultural”, proposto por Coelho Neto (1986; 1989) e que se contrapõe, não em sua totalidade, ao de ação cultural, pode ser utilizado aqui como uma forma de evidenciar a diferença entre as concepções astuta e ingênua.

Assim, as características elencadas referentes à biblioteca pública ingênua, podem ser atreladas à biblioteca pública astuta, embora, reiterando, presentes naquela, de maneira inconsciente e nesta, de maneira consciente.

Biblioteca Pública Crítica

A biblioteca pública em sua acepção crítica amplia seus espaços de interferência – espaços esses que designamos como “ambiência”. Como seu espaço físico, apesar de continuar existindo e recebendo público, não está visível nessa atuação, nós a estamos denominando, tão somente nesse trabalho, de biblioteca pública invisível. São as interferências dos bibliotecários em espaços não físicos da biblioteca pública.

Esse tipo de trabalho, nos parece ser, cada vez com mais certeza, as atividades e ações futuras da biblioteca pública. Quando discutimos o perfil futuro desse tipo de biblioteca, a biblioteca invisível – embora concreta – tem um grande espaço nele.

Acompanhamos, nessa ideia, propostas de Augusto Boal (1975; 1984) voltadas para o teatro, em especial o teatro popular. O teatro do invisível, na perspectiva desse dramaturgo e teórico do teatro, interfere e incentiva discussões, debates, posturas das pessoas sobre determinados temas, sem que elas percebam que estão participando de uma ação programada. A proposta é criar artificialmente um espaço de debate estruturado em momentos reais. Em igual medida, a biblioteca pública deve propiciar esse espaço de debate, mas ampliando seus objetivos, incluindo oferecer facilidades para acesso a *sites* específicos que permitem uma maior compreensão do tema pesquisado. A biblioteca assim pode intermediar o acesso das pessoas a *sites* e espaços previamente analisados, visando indicar caminhos para a pesquisa. Um trabalho que se assemelha ao dos buscadores, mas sem os interesses comerciais presentes nestes. Este é um trabalho que não exige a presença do usuário nas dependências físicas (o ambiente) da biblioteca, mas determina seu uso ao acesso dos espaços virtuais das bibliotecas. A invisibilidade da biblioteca, neste caso, é meramente física, uma vez que ela está concretizada virtualmente.

A biblioteca pública passa a ser, quando o serviço prestado é aceito e utilizado, como um espaço informacional da comunidade, local a que recorrem para intermediar necessidades, interesses e desejos informacionais. A ideia de centros referenciais, que atuam com informações utilitárias ou, empregando termos melhores, informações para a cidadania ou informações sociais, passa a existir não mais apenas nos espaços físicos, no ambiente da biblioteca, mas também, e em igual medida, nos espaços virtuais de interferência da biblioteca, ou seja, na ambiência da biblioteca.

A biblioteca pública crítica não pretende “fazer cabeça”, não pretende manipular, não pretende determinar formas específicas de apropriação dos que a procuram, ao contrário, ela deve ter consciência de que interfere nas buscas por informação. Essa consciência é imprescindível no trabalho desenvolvido pelas bibliotecas.

Esse tipo de biblioteca atua com a leitura, mas o fomento dela e, em especial, a leitura em um sentido *lato*. A biblioteca pública crítica entende que seus objetivos

abrangem não só a leitura do texto escrito, mas também a leitura da imagem fixa, da imagem em movimento e do som. Além disso, trabalha com as habilidades dos usuários nessas leituras, tanto daqueles que as possuem como daqueles que não as têm.

Os usuários apresentam demandas, explícitas ou não, e a biblioteca precisa satisfazê-las. No entanto, pode e deve criar demandas, criar interesses, criar desejos, criar curiosidades sobre temas que não são objeto de pesquisa na escola, para os estudantes, ou que não fazem parte do acervo de conhecimento e experiências de outros usuários. Entre os fazeres da biblioteca pública crítica, os que alia trabalham precisam incluir ações que possibilitem a relação dos usuários com vários tipos de acervo e formas de documentos, além da aproximação dos que a procuram com diferentes exteriorizações culturais e artísticas. Muitas vezes, o desconhecimento de um estilo musical, por exemplo, não permite que o gosto por ele possa existir.

Criar demandas, no entanto, não deve se ater exclusivamente a essa aproximação (do usuário com as exteriorizações culturais e artísticas). O olhar da biblioteca pública crítica está voltado para a apropriação e não apenas para o acesso físico aos documentos ou aos eventos oferecidos e realizados. Os trabalhos de educação de usuários não são ações isoladas, mas incluídas nos serviços e trabalhos oferecidos. Em uma exposição concretizada nos espaços da biblioteca, a educação dos usuários será um dos itens do planejamento. Assim, tal educação vai abranger o ensino de como fazer uso da biblioteca, mas, também, de como se apropriar, a partir do conhecimento de linguagens diferenciadas, das exteriorizações culturais e artísticas. O bibliotecário não é obrigado a conhecer essas linguagens, mas trabalhos em conjunto com outros profissionais possibilitará que os objetivos da educação de usuários, dentro dessa ideia mais abrangente, possam se concretizar.

Alguns trabalhos, ações e atividades que podem ser desenvolvidos por esse tipo de biblioteca estão abaixo arrolados, apenas como sugestão:

- Criação, no *site* da biblioteca, de *chats* ou setores que abordam temas de interesse dos usuários. É possível também criar grupos de discussão. Os

temas devem variar de acordo com acessos, novidades e interesses dos usuários;

- Promoção de palestras virtuais (transmissão ao vivo ou gravada) sobre esses temas;
- Conversas individuais via Skype ou outras plataformas, entre usuários interessados e especialistas que se propõem a contribuir;
- Aulas ao vivo, presenciais ou virtuais;
- Indicação de *sites* em que há textos para *download* gratuito;
- *Blogs* com atualizações frequentes (de preferência em datas determinadas e divulgadas) e com possibilidade de participação dos usuários. Essa participação deve se dar nas reuniões chamadas de pauta ou de determinação dos objetivos do trabalho;
- Participação frequente dos usuários na construção de conteúdos;
- Informações sobre um tema específico, enviado frequentemente para os usuários interessados, via celular. Essa atuação é uma espécie de disseminação seletiva da informação, mas implantada de maneira coletiva. Podemos chamá-la de disseminação coletiva da informação ou disseminação da informação para grupos;
- Oferecer informações utilitárias (informações sociais, informações para a cidadania), via celular, incluindo empregos, informações sobre obtenção de documentos, eventos de interesse do usuário (cada um em particular), chegada de materiais de interesse do usuário;
- Antecipar a procura e pesquisa do usuário;
- Oferecer uma variedade de suportes diferentes do livro (mas, não o excluir);
- Organizar eventos que deixem claro que a biblioteca se interessa por qualquer tipo de exteriorização cultural e artística;
- Trabalhar tendo em mente que o objeto da área é a mediação da informação e que os usos devem se apropriar da informação não apenas a recuperando, mas participando de momentos em que ela é mediada;

- Ter consciência de que a informação com a qual lidamos (a protoinformação) não é concreta, tangível, mas se concretizará, não materialmente, na relação com o usuário.

CONCLUSÕES

As bibliotecas públicas atuam em pequenos nichos dos amplos interesses, necessidades, preocupações, desejos, *etc* da população, entendidas com suas características tradicionais. Ampliando essa visão, elas têm a obrigação ética de buscar trabalhar com a informação e, assim, abarcar outros espaços com os quais, hoje, elas não lidam.

A biblioteca, e é preciso constantemente reafirmar isso, é um espaço de resistência e, mais do que isso, de enfrentamento.

Quem atua com a informação não tem o direito ético de se “esconder”, de se “esquivar” da responsabilidade em lidar com a disseminação, com a mediação da informação, sem, no entanto, determinar formas de apropriação delas.

A biblioteca pública não tem os mesmos espaços dos grandes conglomerados da mídia, os que, de fato, detêm a produção e a disseminação da informação, mas, tem que ser disseminadora e é assim que atingirá um maior número de pessoas.

Não deve mais viver nas catacumbas, escondida, mantendo uma concepção de vida, um olhar e uma explicação de mundo individualizada, despreocupada com o outro, entendendo seu usuário apenas como um indivíduo, uma pessoa, mas atuando de maneira coletiva, envolvendo a comunidade, chegando até ela. Essa é a atuação na ambiência da biblioteca pública.

Todas as bibliotecas, mas especialmente as públicas, devem ser guerrilheiras da informação. Guerrilheiro é aquele que atua na resistência, que não se prende apenas a uma discussão, ao contrário, o guerrilheiro atua na resistência, mas

também deseja e luta para que todos conheçam suas concepções. O guerrilheiro vive no âmbito do enfrentamento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, O. F. de. **Bibliotecas públicas: avaliação de serviços**. Londrina: EDUEL, 2003. Disponível em:
https://www.uel.br/editora/portal/pages/arquivos/biblioteca%20publica_digital.pdf.

ALMEIDA JUNIOR, O. F. de. **Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas**. Londrina: EDUEL, 1997.

ALMEIDA JUNIOR, O. F. de. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. 278p. p. 9-32.

ALMEIDA JUNIOR, O. F. de. Profissional bibliotecário: um pacto com o excluído. In: BAPTISTA, S. G.; MUELLER, S. P. M. (org.). **Profissional da Informação: o espaço de trabalho**. Brasília, DF: Thesaurus, 2004. p.70-86. (Estudos Avançados em Ciência da Informação, 3).

BOAL, A. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

BOAL, A. **Técnicas latino-americanas de teatro popular**. São Paulo: Hucitec, 1984.

COELHO NETO, J. T. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COELHO NETO, J. T. **Usos da cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 16.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, P. **Conscientização**. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 43.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

LE COADIC, Y. F. **A Ciência da Informação**. 2.ed. Brasília: Brique de Lemos, 2004.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da Biblioteconomia**. Brasília: Brique de Lemos Livros, 2009.